

MEC não aceita reajuste de 125%

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O ministro Jorge Bornhausen afirmou mais tarde que o MEC ainda não tem nenhuma proposta definida sobre o reajuste das anuidades escolares e só tomará uma posição depois de ouvir a CNBB (escolas católicas), a União Nacional dos Estudantes, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) e a Fenen (Federação das Escolas Particulares). Depois de ouvir as entidades, o ministro da Educação terá nova reunião com os ministros da área econômica e, segundo ele, "até a primeira semana de janeiro, o governo deverá anunciar o índice oficial de reajuste".

Apesar de ouvir as sugestões, o ministro Bornhausen descarta a negociação de um índice, afirmando que "não podemos sair de um processo de congelamento para um processo de negociação de reajuste, e por isto precisamos trabalhar com preços administrados, para evitar uma inflação muito alta". Segundo o ministro, o MEC reconhece a existência de dificuldades nas escolas particulares e se preocupa com o possível fechamento de algumas delas. "Por isso nós estamos estudando novas medidas, já que o processo de congelamento das anuidades se encerra no próximo dia 31."

Contrariando as expectativas dos estudantes, que já fizeram passeata pedindo a manutenção do congelamento das anuidades, o ministro Jorge Bornhausen confirmou que "diante do quadro existente a solução é a efetivação do reajuste". O ministro admitiu também que outros estímulos para o pleno funcionamento das escolas particulares no próximo ano estão sendo estudados, como incentivos fiscais e uma possível mu-

dança no sistema de bolsas de estudos do salário-educação.

O ministro da Educação, Jorge Bornhausen, classificou ontem como "inaceitável" o aumento de 125% nas anuidades escolares, pleiteado pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. Bornhausen e o ministro do Planejamento, João Sayad, reuniram-se ontem com o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, para discutir o assunto. Na reunião ficou acertado que ainda nesta semana a comissão técnica composta dos três ministérios receberá os representantes da federação das escolas para analisar a questão.

Bornhausen disse que o governo ainda não chegou a um índice aceitável. Mas técnicos do Ministério da Fazenda envolvidos com os estudos do pleito dos donos de escolas informaram ontem que um índice de 40% seria suficiente para o setor manter sua rentabilidade, sem afetar a qualidade de ensino.

Além do reajuste das anuidades, há outra alternativa em estudo pela comissão interministerial: estabelecer a livre negociação dos valores das anuidades entre escolas e pais. Mas esta possibilidade não tem a simpatia do corpo técnico do Ministério da Fazenda nem do ministro Dilson Funaro.

16 DEZ 1986